

Os rombos do Tesouro - II

CORREIO BRAZILIENSE

DERCIO GARCIA MUNHOZ 19 MAI 1985

O comparecimento do ministro Dornelles à Câmara dos Deputados, há pouco mais de uma semana, teve a extrema importância de alertar a Nação para aquilo que muitos analistas de fora do Governo já vinham chamando a atenção desde longo tempo: qual seja, o absoluto descontrole das contas governamentais.

Realmente, praticamente desde 1981 o Governo havia perdido o controle de seus fluxos de receitas/despesas/aumento de compromissos. Ano em que o déficit do Tesouro aproximou-se de Cr\$ 450 bilhões (equivalentes a Cr\$ 23 trilhões atuais), tendo representado, só naquele ano, 36% das receitas da União ou 3,5% do PIB.

O mais grave, porém, não é apenas o déficit governamental em si, mas sim o fato, hoje perfeitamente perceptível, de que o próprio Governo não conhece com maior precisão o tamanho do rombo e nem mesmo as suas próprias origens, dada a forma anárquica com que a questão foi tratada pelo Governo anterior. O que provoca, sempre que se procura quantificar os déficits, uma surpreendente confusão de conceitos e de valores, subestimando ou desconhecendo alguns déficits — às vezes desconhecendo, ou superestimando ou contando indevidamente outros. Um fruto amargo do autoritarismo que até recentemente reinou, onde a tecnocracia encastelada na presunçosa posição de tudo saber, criava fantasiosamente os números que bem entendia, no propósito de justificar atitudes pre-concebidas.

O que é preciso enfatizar mais uma vez — numa já cansativa e desgastante tentativa de restabelecer a simples verdade — é que a origem dos déficits brasileiros é essencialmente financeira; isto é, decorre apenas e tão somente da forma selvagem como o Governo "rola" a dívida pública, pagando elevadas taxas de juros para colocação de papéis no mercado. E isso, aliada à política de vez por outra vender papéis em excesso para "enxugar" o dinheiro dos bancos, que tem provocado rombos inacreditáveis nas contas públicas.

Os dados da tabela, que tem por base publicações do Banco Central e o comportamento das contas nos anos recentes, revela exatamente isso. Com toda a cruzeza. Ano a ano os déficits são colossais.

Correspondendo à correção monetária e cambial pagas em títulos vencidos, ou contabilizadas em títulos em circulação; e ainda aos custos reais — isto é, os custos para giro da dívida que superam aquilo devido à

simples correção; e mais os prejuízos acumulados pelo Banco Central ao ligar compromissos em moedas estrangeiras à aquisição de títulos públicos mantidos em sua Carteira.

Pode-se observar que no ano de 1984, por exemplo, o aumento da dívida equivalente à correção monetária foi de Cr\$ 67,4 trilhões; mas a isso deve-se incluir Cr\$ 9,1 trilhões de "custo real" e Cr\$ 11,4 trilhões de prejuízos operacionais do Banco Central, perfazendo um acréscimo de Cr\$ 88,9 trilhões — embora, é verdade, perto de Cr\$ 1 trilhão sejam transferências líquidas para cobrir principalmente subsídios concedidos pelo BNDES. E para 1985 a correção monetária deverá alcançar algo como Cr\$ 250,0 trilhões — dados os níveis atuais da inflação — mais o custo real estimado em Cr\$ 43,5 trilhões, e prejuízos de Cr\$ 37,5 trilhões do Banco Central. Basta comparar com o Orçamento da União para se constatar que apenas o custo real efetivo para giro da dívida (custo real mais prejuízos do Banco Central) — sem considerar a correção monetária/cambial portanto, equivale a aproximadamente 2/3 das receitas da União.

Essa é a questão fundamental. Que, face à competição predatória dos títulos públicos no mercado acabam provocando elevação das taxas de juros, aumento insustentável dos custos financeiros para as empresas em geral, e pressões inflacionárias inevitáveis que ajudaram a determinar o atual patamar; em circunstâncias tais que, se não extirpadas, tendem a provocar consequências imprevisíveis. Não se podendo descartar, embora indesejável, a própria desestruturação do sistema bancário privado no Brasil.

Vê-se que nas contas apresentadas pelo ministro Dornelles à Câmara figuram custos financeiros de Cr\$ 53,9 (65,0% do déficit total informado).

Que, dada a magnitude, não poderia ser evidentemente, ser cobertos nem com aumento de tributos e nem com redução de gastos do Governo, sob risco de profunda desorganização interna, liquidando de vez com a classe média, já sobrecarregada por reduções salariais e por artifícios tributários do passado; reduzindo ainda a possibilidade de criação de empregos que possam abrir aos trabalhadores perspectivas diferentes, como se prometeu nos palanques. E ainda mais, em verdade, só os encargos financeiros da dívida pública deverão situar-se em torno de Cr\$ 80,0 trilhões em 1985, como antes

observado; encargos que necessariamente devem incluir os prejuízos do Banco Central porque os compromissos externos do Banco se ligam à dívida, já que cobrem a sua carteira de títulos e os prejuízos acumulados.

Olhadas as coisas sob esse prisma, e admitindo que a dívida pública tem de merecer um tratamento extra-Orçamento Fiscal, a situação das contas públicas pode ser entendida como alentadora. Ainda mais porque os primeiros cálculos levantados pelo Ministério da Fazenda tenderão a ser ajustados, já que:

a) as despesas de pessoal em 1984, segundo o Orçamento revisto, chegaram a Cr\$ 8,5 trilhões; se em 1985 o aumento de salários aproximar-se de 230% os gastos deverão chegar a Cr\$ 28,0 trilhões — ou talvez Cr\$ 30,0 trilhões se considerados possíveis aumentos extraordinários. Como as previsões iniciais indicam Cr\$ 38,0 trilhões, ter-se-ia uma folga de até Cr\$ 8,0 trilhões nessa rubrica;

b) o subsídio ao trigo — que em verdade é um subsídio ao produtor — deverá situar-se um pouco acima de Cr\$ 1,1 trilhão, a se confirmar o diferencial de preço de US\$ 125/tonelada e a previsão de 1,5 milhão de toneladas de trigo nacional para consumo interno. Como foram previstos Cr\$ 4,6 trilhões nos gastos governamentais, poder-se-á ter aí uma folga da ordem de Cr\$ 3,5 trilhões, em comparação com os cálculos iniciais;

c) nos subsídios à exportação de açúcar as estimativas oficiais indicam Cr\$ 5,0 trilhões; considerando, porém, os encargos orçamentários de 1984 (Cr\$ 180 bilhões), e atualizando em 230,0%, ter-se-ia em 1985 um dispêndio de Cr\$ 600 bilhões, com folga de Cr\$ 3,5 trilhões sobre as estimativas;

d) o prejuízo efetivo com a política de aquisição de produtos agrícolas dificilmente alcançaria os Cr\$ 2,3 trilhões previstos, já que representaria praticamente um terço do valor aplicado. Deve-se esperar, portanto, que com a desova dos estoques o ônus final estaria bastante reduzido.

Além desses valores, que representam reduções próximas de Cr\$ 15,0 trilhões em comparação com as estimativas levantadas — sem considerar outros itens que eventualmente venham a ser recalculados — deve-se atentar também para os Cr\$ 28,0 trilhões de "déficits de estatais". Não se trata de prejuízos, como se poderia entender. Muito ao contrário, o grupo de estatais produtivas registrou lucros próximos de Cr\$ 9,0 trilhões em 1984, prevendo-se perto

de Cr\$ 30,0 trilhões de lucros para 1985. A origem da aparente insuficiência de recursos é outra.

O que ocorre é que tais empresas, tanto federais como estaduais e municipais, estão em fase de renovação de empréstimos contratados no exterior. E enquanto isso elas se vêem obrigadas a depositar no Banco Central os cruzeiros correspondentes às prestações vencidas — por imposição e interesse dos bancos estrangeiros — para que o Banco do Brasil normalmente adianta o dinheiro, geralmente recebido exatamente do próprio Banco Central. Um jogo meramente contábil, até que se faça a renovação do empréstimo junto ao banco estrangeiro. Embora deva-se reconhecer que dividas tais como dos Metrô de São Paulo e Rio, da Nuclebrás, da Ferrovia do Aço — que estariam no grupo assinalado pela Fazenda, ao final terão de ser absorvidas pelo setor público, em alguns casos como gastos efetivos, noutros como aumento do capital das empresas.

A revisão dos problemas financeiros do setor público traz um certo alívio, já que, enquanto tudo, ou quase tudo vai bem, os déficits ligados à dívida interna/divida externa do Banco Central, são de tal volume que terão de ter um tratamento próprio, pois simplesmente não cabem no orçamento fiscal. E inevitavelmente a solução passará pela criação de papéis com correção monetária parcial — ou algo equivalente — para as aplicações de curtíssimo prazo, como recompra de 24 horas.

Com isso poder-se-ia afastar a hipótese de uma derrama fiscal, ou de novos cortes nos já magros orçamentos de gastos do Governo, como também as emissões de papel-moeda poderiam ficar nos limites de apenas 1,0% do PIB, (Cr\$ 11,0 trilhões), ao invés dos assustadores Cr\$ 22,0 trilhões sugeridos no documento levado à Câmara.

A conclusão é que o ministro da Fazenda tem carradas de razões para dramatizar perante o Congresso a questão dos déficits públicos. Já que a Nova República tem a obrigação de iniciar um processo de reordenamento do setor Governo. Mas uma das primeiras medidas deveria estar voltada para tornar transparentes as informações nos registros oficiais, com o que o Governo poderá ter uma visão mais clara e abrangente da verdadeira ordem de grandeza dos déficits, e, mais importante talvez, quanto à sua verdadeira origem.

Dercio Garcia Munhoz, membro do Conselho Federal de Economia, é professor da UnB. A primeira parte deste trabalho foi publicada no dia 28 de abril.